

# Incentivos fiscais recebem sinal verde de vereadores

Em segunda votação, Câmara de Santos aprova projeto de lei voltado à região central



CARLOS NOGUEIRA - 17/7/19

**MAURÍCIO MARTINS**

DA REDAÇÃO

A partir do ano que vem, a região central de Santos, que inclui os bairros Centro, Paquetá, Valongo e Vila Nova, terá incentivos fiscais para atrair novas empresas e manter as que já existem. Os vereadores aprovaram ontem, por unanimidade, em segunda discussão, o Projeto de Lei Complementar (PLC) 52/2019, que cria o Programa de Incentivos Fiscais Santos Criativa, voltado a prestadores de serviços e estabelecimentos comerciais.

De autoria do prefeito Paulo Alexandre Barbosa (PSDB), a proposta prevê isenção e descontos em taxas e impostos municipais, incluindo o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

O programa entra em vigor em 2020 e permanece ativo por dez anos. Cada

Espera-se que aprovação traga novas empresas para a região central de Santos, movimentando o local

local pode ter os benefícios por dois anos, prorrogáveis por mais dois.

Os interessados precisam se encaixar nas regras, como ter 50% da mão de obra fornecida pelo Centro Público de Emprego e Trabalho da Cidade, em caso de novas contratações. A Prefeitura estima abrir mão de arrecadar R\$ 6,8 milhões em 2020 e R\$ 7,1 milhões em 2021 com os incentivos.

**EMENDAS**

Antes de o PLC seguir para a sanção do prefeito, oito emendas propostas na Câmara ontem devem ser votadas, provavelmente na semana que vem. Seis delas

preveem alterações no texto para garantir os incentivos fiscais a mais seguimentos. Uma delas, do vereador Fabrício Cardoso (PSB) amplia os benefícios também aos locatários dos imóveis, não somente aos donos. E o vereador Sadao Nakai (PSDB) pede a ampliação da área de abrangência do programa.

Para o vereador Antonio Carlos Banha Joaquim (MBD), a extensão da abrangência do projeto por meio das emendas pode inviabilizar a proposta. "Precisa ser analisado para avançarmos em outras categorias. Não tem almoço de graça, alguém vai ter que

pagar essa conta. E o dinheiro é dos cofres públicos. Se desfigurar o projeto original, acabamos penalizando esses incentivos".

Líder do Governo, o vereador Adilson Júnior (PTB) disse que o projeto não vale em todo o Centro porque é complementar à Lei de Uso e Ocupação do Solo.

"Os incentivos são nas Nides (Núcleos de Intervenção e Diretrizes Estratégicas) 1, 2 e 3, espaços geográficos demarcados. As emendas podem prejudicar o projeto, pelo impacto financeiro", destacou o parlamentar.

## Aprovada proposta para armar Guarda

■ A Câmara de Santos também aprovou ontem, em primeira discussão, o polêmico Projeto de Lei Complementar (PLC) 60/2019, enviado pelo prefeito Paulo Alexandre Barbosa (PSDB) e que autoriza o uso de armas de fogo pela Guarda Civil Municipal. A segunda votação deve ocorrer na semana que vem.

Foram três votos contrários à proposta, dos vereadores Chico Nogueira (PT), Telma de Souza (PT) e Sadao Nakai (PSDB), e uma abstenção, de Fabrício Cardoso (PSB). Para Telma, a função da Guarda é a prote-



ALBERTO MARQUES - 01/07/19

Cerca de 70 agentes da Guarda Municipal poderão utilizar armas

ção do patrimônio público, com a segurança cabendo às polícias.

"Quando dá essa possibilidade para os integrantes da guarda, de forma parcial (só alguns serão armados) e sem treinamento condizente, você coloca em risco a segurança".

O líder do Governo, Adilson Júnior (PTB), rebateu. "O futuro da Guarda é fazer sinergia com a Polícia Militar. Proteger patrimônio sem artifícios para isso, é chover no molhado. E o guarda que tiver a posse da arma será submetido a treinamento".

**GUARDA ARMADA.** Projeto entrou somente ontem em discussão na Câmara

## Prefeitura compra armas sem aprovação

» A Prefeitura de Santos comprou 70 pistolas Taurus, calibre 380, sem que o Projeto de Lei que autoriza o uso de arma de fogo pela Guarda Civil Municipal (GCM) fosse aprovado pela Câmara de Vereadores. As discussões sobre a proposta começaram ontem na Casa e têm que passar por duas votações. Depois, o projeto precisa ser sancionado pelo prefeito Paulo Alexandre Barbosa (PSDB) e ainda ser publicado no Diário Oficial, para só então os guardas estarem legitimados a usar o armamento.

Segundo informado pela Prefeitura, cada pistola custou R\$ 4.558,41 e o total gasto foi R\$ 319.088,70. Sobre a compra sem aprovação prévia da Câmara, revelou que há Lei Federal que permite o armamento da Guarda, que a licitação já está terminada e o pagamento só será efetuado quando as armas estiverem à disposição da Prefeitura.

Em relação às discussões sobre o tema na Câmara, os vereadores deverão promover uma audiência pública para debater a questão antes de tomarem uma decisão definitiva.

Ontem, o presidente Rui De Rosís (MDB) disse estar bastante preocupado com a questão. "É um projeto polêmico, difícil, e a Câmara tem que estar bastante respaldada e ciente da responsabilidade antes de tomar uma decisão. Se for necessário, promoveremos uma audiência pública para que todas as arestas sejam aparadas", afirma.

Para De Rosís, é preciso ter certeza se todos os guardas serão armados, se cursos foram realizados e também se os profissionais estão preparados para estar com uma

arma de fogo na cintura. "Se houver algum disparo, ele responde pela justiça comum. Temos uma série de coisas para esclarecer antes de votar. Todos querem guardas armados, mas é preciso uma discussão maior", finaliza.

Ao seu lado, o vereador Geonísio Pereira Aguiar, o Boquinha (PSDB), afirma que é favorável ao armamento, mas que o assunto precisa, sim, ser mais discutido. "São 380 guardas e 70 armas estariam à disposição, que seria exatamente o número de guardas que vão diariamente para as ruas todos os dias em função dos turnos. Poderíamos adiar as discussões por 15 dias e convocar especialistas para nos explicar os pros e contras. Uma audiência seria interessante", afirma Boquinha.

### **POLÊMICA INTERNA.**

Em meio à discussão na Câmara, uma nova polêmica envolve o armamento. O Comando da Guarda de Santos, agora, é acusado de escolha pessoal, e não técnica, dos integrantes da corporação que poderão usar armas de fogo. Com suas identidades preservadas, dois guardas revelaram ao *Diário* que muitos que se apresentaram como aptos a portar arma foram recusados, sem justificativa, da lista de exame psicológico, por não terem a 'simpatia' da chefia.

"Quem usar arma terá um aumento salarial de 50% na folha de pagamento. Muitos que estão na lista trabalham administrativamente fora das ruas. Então, para que a arma?", questiona um dos guardas entrevistados pelo DL.

"Todos que ocupam cargos de chefia já estão aptos ao exame. Alguns desses não passaram no psicológico. Os



Segundo a Prefeitura, 100 guardas passaram na avaliação psicológica, realizada por profissional autorizado pela PF



Rui De Rosís quer prudência nas discussões sobre armamento e prevê uma audiência pública

**Segundo informado pela Prefeitura ontem, cada pistola custou R\$ 4.558,41 e o total gasto foi R\$ 319.088,70, que serão pagos assim que armas chegarem**

internos tem mais afinidade com o Comando. Dá para contar nos dedos os que fazem rua e estão sem restrições. Os critérios não são apresentados. O que percebemos é que os excluídos são os que possuem processos por pequenas falhas de ordem administrativa, como ser surpreendido sem cobertura (bonê), ou por alguma rixa com a chefia", completa outro guarda, alertando que al-

guns estão pedindo explicações por escrito.

Segundo os guardas, na Corporação, existe uma espécie de tribunal de exceção - quando os julgadores são escolhidos de modo arbitrário, sem obediência às regras objetivas de competência e, ainda, após a ocorrência do fato a ser analisado. "Lá na Guarda, quem acusa é quem julga. O chefe te acusa e o caso vai para outro chefe por

ele indicado. Agora, a punição será não poder usar arma e, conseqüentemente, não obter acréscimo salarial e outros benefícios", afirma o guarda, revelando ainda que alguns estão para aposentar e foram aptos a fazer o exame.

### **PREFEITURA.**

Sobre a denúncia dos guardas, a Administração revela o contrário: que os critérios adotados foram o de priorizar efetivo operacional, observação dos respectivos coordenadores quanto ao procedimento dos Guardas em serviço e registro de eventuais punições graves. Ao todo, 100 guardas passaram na avaliação psicológica, realizada por profissional autorizada pela Polícia Federal, contratada mediante processo licitatório.

Eles participaram de palestras, com apoio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB - Santos), sobre as responsabilidades requeridas para utilização de arma de fogo, além de conhecimento jurídico sobre flagrante delito, inquérito policial, preservação de local de crime e outros. Agora, farão curso de armamento (sem ônus) na sede da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo. Os aprovados passarão a trabalhar com arma de fogo em Santos. Dentro do planejamento, haverá novas etapas no futuro, visando a aumentar o número de GCMs com arma de fogo no Município. (Carlos Rattton)



## CONTRA PUNTO

Por Carlos Raffon e colaboradores



RODRIGO MONTALDI/ARQUIVO DIÁRIO DO LITORAL

**Cozinheiro fica.** A Prefeitura de Santos afirma que vai responder às dúvidas dos vereadores dentro do prazo estabelecido, porém ressalta novamente que não houve e não há nenhuma ilegalidade no aproveitamento do cozinheiro concursado de acordo com a sua capacidade técnica e formação acadêmica.

**NO MP.** A situação do cozinheiro foi denunciada ao Ministério Público do Estado de São Paulo (MPE-SP) dando conta da ascensão de um cozinheiro, lotado na Secretaria de Educação de Santos, que, desde que seu nome foi publicado no Diário Oficial, após ter prestado concurso público, não teria dado sequer um plantão numa das muitas escolas do Município.

**Benedito indignado.** O vereador Benedito Furtado (PSB) se manifestou na Casa e conseguiu aprovar um requerimento pedindo explicações ao Governo Paulo Alexandre Barbosa (PSDB). Furtado pede apuração detalhada e o histórico integral dos serviços prestados pelo funcionário denunciado desde sua admissão. "Há uma falta tremenda de cozinheiros na rede e temos um profissional que nunca encostou a barriga em um fogão. É preciso que esse profissional volte à função para a qual prestou concurso. Por que ele não cumpriu o período probatório no cargo e no local de início de trabalho, ou seja, uma escola, onde ele deveria ser avaliado?", indagou.

**31 vezes.** Segundo os denunciantes, o cozinheiro foi nomeado 31 vezes a funções diferentes em menos de seis anos, substituindo inúmeros funcionários licenciados. Chegou a ocupar dois cargos e duas funções gratificadas ao mesmo tempo por quatro vezes e ganhar uma vez R\$ 14.886,64 - 10 vezes o valor de seu salário, que seria de cerca de R\$ 1,4 mil mensais.

**Ademir quer vacina.** O vereador Ademir Pestana (PSDB-foto) está solicitando informações quanto ao abastecimento de vacinas. Quer saber se estará regularizado nas unidades de saúde municipais, de forma a que o calendário de vacinação possa ser cumprido. "Até a vacina da paralisia infantil sofre de desabastecimento parcial na cidade", afirma.

**Falta parcial e total.** Segundo Pestana, a falta de vacinas, quer seja de forma parcial ou total, tem sido recorrente nos últimos meses. Santos alega que tem solicitado as doses necessária ao Estados. Por sua vez, o Governo Estadual alega que a responsabilidade pela aquisição e distribuição das vacinas é do Governo Federal, por meio do Ministério da Saúde.